

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**AQUISIÇÃO DE BENS PARA INSTALAR VIDROS NA LOJA DO CIDADÃO**

**Ajuste Direto N.º 70/2025**

## Índice

<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>5</b>
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 1.ª .....	5
Objeto .....	5
Cláusula 2.ª .....	5
Contrato .....	5
Cláusula 3.ª .....	6
Prazo de vigência do contrato .....	6
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>6</b>
<b>OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>6</b>
<b>SECÇÃO I.....</b>	<b>6</b>
<b>OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO .....</b>	<b>6</b>
<b>SUBSECÇÃO I .....</b>	<b>6</b>
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 4.ª .....	6
Obrigações principais do adjudicatário .....	6
<b>Cláusula 5.ª .....</b>	<b>7</b>
<b>Obrigações da entidade adjudicante .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 6.ª .....	7
Conformidade e operacionalidade dos bens .....	7
Cláusula 7.ª .....	7
Cláusula 8.ª .....	8
Inspeção e testes .....	8
<b>Cláusula 14.ª .....</b>	<b>11</b>
<b>Alterações ao contrato .....</b>	<b>11</b>
<b>SUBSECÇÃO II .....</b>	<b>11</b>
<b>DEVER DE SIGILO .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 16.ª .....	11
Objeto do dever de sigilo .....	11
Cláusula 17.ª .....	12
Prazo do dever de sigilo .....	12

Secção II.....	12
Obrigações do Município de Abrantes.....	12
Cláusula 18. <sup>a</sup> .....	12
Preço base .....	12
Cláusula 19. <sup>a</sup> .....	12
Preço contratual.....	12
Cláusula 20. <sup>a</sup> .....	13
Condições de pagamento.....	13
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>13</b>
<b>PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> .....	13
Penalidades contratuais .....	13
Cláusula 22. <sup>a</sup> .....	14
Força maior.....	14
Cláusula 23. <sup>a</sup> .....	15
Resolução por parte do contraente público.....	15
Cláusula 24. <sup>a</sup> .....	15
Resolução por parte do adjudicatário .....	15
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>16</b>
<b>CAUÇÃO E SEGUROS .....</b>	<b>16</b>
Cláusula 26. <sup>a</sup> .....	16
Caução .....	16
Cláusula 27. <sup>a</sup> .....	16
Seguros .....	16
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>17</b>
<b>RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....</b>	<b>17</b>
Cláusula 28. <sup>a</sup> .....	17
Foro competente.....	17
<b>CAPÍTULO VI .....</b>	<b>17</b>
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>17</b>
Cláusula 29. <sup>a</sup> .....	17
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	17
Cláusula 31. <sup>a</sup> .....	17

CADERNO DE ENCARGOS  
RELATIVO A CONTRATOS  
DE AQUISIÇÃO DE BENS



Comunicações e notificações ..... 17

Cláusula 32.ª..... 17

Contagem dos prazos ..... 17

Cláusula 33.ª..... 18

Legislação aplicável ..... 18

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de **fornecimento e aplicação de vidros na Loja do Cidadão**, em conformidade com a legislação aplicável e o presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 2.ª

##### Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado pelo (a) técnico (a) da Divisão de Logística do Município de Abrantes enquanto Gestor(a) de Contrato.

**Cláusula 3.ª**

**Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor até 30 de setembro de 2025, ou até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato
2. O início do contrato conta-se a partir da data de assinatura do mesmo e após publicação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos <http://www.base.gov.pt>, sendo esta publicação condição de eficácia do contrato.

**CAPÍTULO II**

**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**Secção I**

**Obrigações do adjudicatário**

**Subsecção I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 4.ª**

**Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a. Obrigação de entrega e instalação dos bens identificados na sua proposta, nos locais indicados pela entidade adjudicante, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade;
  - b. Obrigação de garantia dos bens, nos termos da legislação aplicável;
  - c. Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento dos produtos e serviços e à completa execução das tarefas ao seu cargo, sem custos acrescidos;
  - d. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos e serviços objeto do procedimento ou

- o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
- e. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - f. Manter sigilo e garantir a confidencialidade;
2. O adjudicatário obriga-se, ainda, a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Obrigações da entidade adjudicante**

1. Constituem obrigações da entidade adjudicante:
- a. Indicar os locais onde deverão ser instalados os equipamentos;
  - b. Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Abrantes por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues na Loja do Cidadão – Abrantes.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como, do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação, são da responsabilidade do fornecedor.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Inspeção e testes**

1. Efetuada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 3 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo I ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais nele definidos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa e quantitativa a que se refere o número anterior incide sobre todos os bens definidos nos anexos I.
3. Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Município de Abrantes toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos

definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve de isso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Abrantes procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Aceitação dos bens**

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos I ao presente Caderno de Encargos, deve ser notificado o adjudicatário, no prazo máximo de 3 dias a contar do final dos testes.
2. Com a notificação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Abrantes, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A notificação a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nos anexos I ao presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Garantia técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de três anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos

técnicos definidos nos anexos I ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
  - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Abrantes tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Abrantes e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

1. O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

**Cláusula 14.ª**

**Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

**Cláusula 15.ª**

**Subcontratação**

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

**Subsecção II**

**Dever de sigilo**

**Cláusula 16.ª**

**Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Prazo do dever de sigilo**

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Secção II**

##### **Obrigações do Município de Abrantes**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Preço base**

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.<sup>o</sup> do CCP, o preço base (máximo) do procedimento, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, é fixado em 7.600,00€ (sete mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e

manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Durante o período de vigência do contrato não há lugar a revisão de preços.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Abrantes, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 dias, após a receção pelo Município de Abrantes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a conclusão de cada um dos serviços executados, nos termos do nº 1 da cláusula 6ª do presente caderno de encargos.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome de Município de Abrantes, contribuinte 502661038 e enviadas em formato PDF para o e-mail [faturacao@cm-abrantes.pt](mailto:faturacao@cm-abrantes.pt), ou, no caso de se tratar de faturação eletrónica, através da solução EDI, via plataforma Saphety ([www.saphety.com](http://www.saphety.com)), com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária.

### **CAPÍTULO III**

#### **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

##### **Cláusula 21.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 10%;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 15%.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 22.ª**

**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário, ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou outra, resultantes do incumprimento pelo adjudicatário, dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam e que se revelem impeditivas do exato cumprimento do contrato;
  - d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte do adjudicatário, de normas

legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário, não devidas sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Abrantes.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos da lei.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Abrantes, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

**Cláusula 25.ª**

**Boa-fé**

1. As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

**CAPÍTULO IV**

**CAUÇÃO E SEGUROS**

**Cláusula 26.ª**

**Caução**

1. Não é exigida prestação de caução, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 2 do artº 88º do CCP.

**Cláusula 27.ª**

**Seguros**

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade, inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato.
2. Os encargos relativos aos seguros previstos no número anterior, bem como quaisquer deduções efetuadas pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correrão por conta do adjudicatário.
3. O adjudicatário deverá assegurar a manutenção em vigor das apólices de seguro contratadas durante a execução do contrato.
4. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.
5. Se o adjudicatário não mantiver em vigor os seguros mencionados no n.º 1, deste ponto, o contraente público poderá mantê-los válidos, pagando os respetivos prémios e deduzindo as quantias correspondentes nos pagamentos a fazer ao adjudicatário.

**CAPÍTULO V**  
**RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

**Cláusula 28.ª**

**Foro competente**

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

**CAPÍTULO VI**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 29.ª**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 30.ª**

**Trabalhadores afetos à prestação do serviço**

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artº 419º-A do CCP, na atual redação, por força do disposto no nº 2 do artº 451º do mesmo diploma legal.

**Cláusula 31.ª**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 32.ª**

**Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 33.ª**

**Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**ANEXO I**

**Especificações técnicas e preços unitários**

Descrição	Quantidades
<p><b>Fornecimento e aplicação com os respetivos acessórios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Vidro laminado 5.5.1 incolor 4 c/ 2500 x 1350 c/ arestas polidas; 1 c/ 2500 x 1300 c/ arestas polidas, 1 caixa. Calhas e alumínio em U: 1 c/ 5400*15*12*15; 1 c/ 1300*15*12*15; 1 c/5400*25*12**25; 1 c/ 1300*25*12*25. Estrutura em inox. 4 Calhas de alumínio em U c/ 2500*15*12*15.</li></ul>	2
<p><b>Fornecimento e aplicação com os respetivos acessórios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fornecimento com aplicação: 1 vidro duplo Laminado 5.5.1 incolor + cx. 16 mm + Neutral 50/32 8 mm temperado c/ 1536 x 1594</li></ul>	1